

ARTIGO - FLUXO CONTÍNUO

A MÍSTICA COMO FORMADOR E INDUTOR DO COMUM: A EXPERIÊNCIA DO MST

Pedro Almeida da Silva¹ 

Odair Neitzel² 

DOI: 10.29327/2282886.9.1-6

Introdução

Se a escola se preocupar com a formação humana, passará a prestar mais atenção nos sujeitos que a ocupam, e dialogando com eles se dará conta de como pode ajudá-los como pessoas, como sujeitos sociais. Quando falamos das escolas do MST, não falamos de um modelo fechado de ensino; falamos de um novo jeito de ser escola, de uma postura diante da tarefa de educar (Caldart, 2004, p. 62).

Pierre Dardot e Cristian Laval, autores que fundamentam essa pesquisa, possuem obras relevantes para reinterpretar a realidade contemporânea, entre elas se destacam *A Nova Razão do Mundo* e *O Comum*, as quais complementam uma a outra. Na obra *A Nova Razão do Mundo*, apresenta-se uma crítica ao modelo neoliberal, que está em voga na sociedade atual. Para esses autores, esse modelo neoliberal valoriza a competição em que o poder econômico, o vencer e tornar-se bem-sucedido é a palavra de ordem, não importando os meios para alcançar tais objetivos. A máxima “os fins justificam os meios” direciona à forma do pensamento moderno e a o que seja considerado razoável.

Enquanto *A Nova Razão do Mundo* foca na crítica ao modelo neoliberal, a obra *Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI* busca, em continuidade ao raciocínio, esboçar uma possível saída para o domínio da razão neoliberal. No entanto, os leitores não encontrarão uma solução pronta ao longo da obra. Ela se aproxima mais de uma tentativa de desconstruir a lógica neoliberal, revelando sua estrutura, do que oferecer uma solução prática para o modelo vigente. A obra pretende provocar questionamentos e, nesse sentido, cabe perguntar: o que seria esse *Comum* para os autores? Referindo-se ao *Comum* de Dardot e Laval, Costa e Souza salientam que:

Laval e Dardot não acreditam na ideia de *Comum* apenas como uma área comunal, mas, como um princípio, um verbo e uma metodologia de ação. Revelam que a dualidade entre público e privado é problemática, pois deixa o *Comum*, entendido como um

¹Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS – Campus Chapecó-SC; Professor na rede pública do Estado de Santa Catarina; Email pealsilva@yahoo.com.br.

²Doutor em Educação pela UPF com estágio na UNIKassel - Alemanha; Docente do Magistério Superior na UFFS - Campus Chapecó - SC, vinculado ao PPGE/PPGFIL; Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Sociedade - GPEFS; E-mail: odair.neitzel@uffs.edu.br.

ambiente de todos, apenas duas possibilidades, ou é privatizado, como Hardin defendia, ou é estatizado, como defendido pelas ditaduras socialistas. Para eles, nenhuma das duas soluções (privado ou estatal) é aceitável, pois a privatização exclui a possibilidade de uso coletivo e a estatização socialista mostrou-se como um afastamento burocrático da população desses ambientes. Seria necessário construir um sistema onde regeria o princípio da cooperação, da coorganização e da autogestão, onde o pôr em Comum seria princípio e construção coletiva (Costa; Souza, 2018, p. 202).

Na vasta rede de comprometidos com a construção do Comum, encontram-se os movimentos sociais, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A tese aqui defendida é de que esse movimento, através de seu processo formativo e de uma educação contextualizada da realidade, busca vivenciar as experiências propostas pelos autores de Comum, adotando-no como sua base. Esse princípio é visto como uma possível solução para superar o modelo neoliberal, que prioriza o lucro e o individualismo. Assim, o seguinte problema sobrelava-se neste ensaio: a ideia do Comum de fazer juntos, produzir uma verdadeira democracia, de lutar contra o neoliberalismo, como propõem Dardot e Laval (2017), pode, de fato, ser imputada como uma vivência no MST? Seus integrantes adotaram essa proposta ou os ideais neoliberais ainda persistem nas ações de seus membros?

Para isso, inicialmente, realizou-se uma breve reconstrução do conceito de Comum na perspectiva dos pensadores franceses Dardot e Laval, com apoio de alguns comentaristas. Em seguida, defende-se que esse conceito pode ser identificado como uma vivência no MST a partir da ideia de mística. Este ensaio, de cunho filosófico e perspectiva hermenêutica, é, portanto, um artigo de revisão bibliográfica. O objetivo é mostrar como práticas como o exercício da mística são fundamentais à produção e reconhecimento da importância da vida Comum na edificação de uma sociedade capaz de enfrentar a lógica individualista e destrutiva do neoliberalismo.

1. Desenvolvimento

1.1 Conceito de Comum de Dardot e Laval

Para a argumentação, toma-se como ponto de partida a ideia de Princípio Comum, conforme afirmado por Costa e Souza (2018). A definição de Princípio Comum é entendida como um “pôr em Comum” e não um retorno ao passado ou às ideias de áreas comunais. Para a construção desse princípio, é necessária uma administração não técnica ou representativa, para evitar a absorção do Comum pelo Estado. A solução apontada pelos autores seria a autogerência do Comum por meio da ideia de “agir Comum”. Portanto, o Comum seria o princípio da gestão do espaço, por pessoas que agem em Comum e interagem através da cooperação, coorganização e cogestão do espaço. Ou seja, o Comum não deve ser tomado somente como uma proposta a ser aplicada, mas é, também, um conjunto de co-ações que têm como efeito, consequência, a emergência do Comum. O Comum não é mais um espaço comunal, de todos e para todos, nem uma palavra de ordem, porém, um princípio.

Como princípio, segundo Dardot e Laval (2017, p. 616), “o Comum exige que a participação [coletiva] numa mesma atividade seja o fundamento da obrigação política, portanto que a



coatividade (sic) seja o fundamento da coobrigação". Essa afirmação é pontual devido o Comum não se apresentar na forma universal, entretanto, antes, é produto de uma construção política coletiva, base importante para criar instituições (sociais, políticas, econômicas e jurídicas) que façam oposição entre o novo direito de uso e o direito de propriedade, e estabeleça aquilo que não pode ser apropriado privadamente. Sendo assim, o Princípio Político do Comum é, consoante Dardot e Laval (2017, p. 619), "uma norma de inapropriabilidade"³. Para criar essa norma, é necessário refundar as relações sociais, de acordo com o princípio de que,

A práxis instituinte [irá] determinar o que é inapropriável. Com a efetivação do Comum na esfera jurídica, e com a criação de um novo direito daquilo que é inapropriável estatal ou privadamente, o Comum precisa ser estabelecido nas esferas social, política e econômica, isto porque, os autores entendem que o Comum é um princípio político que tem vocação a prevalecer tanto na esfera social como na esfera da política pública (Dardot; Laval, 2017, p. 619-620, grifos do autor).

Nesse sentido, evidencia-se que existem comuns sociais e comuns políticos. O Comum político tem a missão de administrar o bem Comum em seus diferentes níveis, desde o local até o mundial. Na esfera econômica, o Comum é construído mediante a criação da empresa Comum, promovendo a emancipação do trabalho dos sujeitos envolvidos no processo laboral. Para Dardot e Laval (2017, p. 519), "somente será possível liberar o trabalho do domínio do capital se a empresa se tornar uma instituição da sociedade democrática e deixar de ser uma ilha de autocracia patronal e acionária".

Embora se afirme isso, não significa que haverá uma ruptura total nas relações de produção e nas relações sociais de produção, como pretendiam as ideias marxistas. Para os autores em questão, a revolução do Comum não é a criação de um novo modo de produção nem a superação da propriedade privada, mas sim o predomínio da empresa Comum na economia. Por isso, na obra Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI, esse Comum é compreendido como um processo democrático, construído coletivamente e fundamentado na democracia participativa. Essa perspectiva, do conceito de Comum, apresenta-se associado à luta antineoliberal e conectado à ideia de que é necessário reconstruir a democracia. Nesse viés,

O Comum é menos uma invenção conceitual e mais uma fórmula encontrada pelos movimentos sociais de se opor à apropriação privada de todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Não é o ressurgimento do comunismo estatista, mas sim a emergência de uma nova forma de se opor ao capitalismo (Silveira; Savazoni, 2018, p. 9).

Nas palavras de Dardot e Laval,

O Comum tal como o compreendemos significa sobretudo o autogoverno dos seres humanos, das instituições e das regras criadas para ordenar suas relações mútuas. Está, portanto, enraizado na tradição política da democracia, em especial a experiência grega (Dardot; Laval, 2017, p. 519).

³ "[...] inapropriável não é aquilo do qual ninguém pode se apropriar, isto é, aquilo cuja apropriação é impossível, mas aquilo do qual ninguém deve se apropriar, isto é, aquilo cuja apropriação não é permitida porque deve ser reservado ao uso comum" (Dardot; Laval, 2017, p. 619).



Dessa maneira, para a dupla francesa, o Comum não pode ser visto apenas pela dimensão micro, deve ser entendido como algo que permeia todos os níveis do espaço social, do local ao global, devido ao fato de o neoliberalismo ter como aspecto central o empoderamento individual, priorizando o individualismo econômico. Fundamentando esse ideal macro, em que o Comum atravessa todos os espaços, Dardot e Laval afirmam, em entrevista concedida à revista da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), que,

No Comum existe a ideia de fazer juntos, de constituir a verdadeira democracia e de produzir coisas que sejam destinadas a todos [...], remete-nos a novas possibilidades de agir coletivamente nas condições de convivência. É um princípio político que serve como eixo para todos aqueles que lutam contra o neoliberalismo e a favor de uma democracia baseada na ideia de que devemos obedecer apenas às regras que coletivamente decidimos (Machado; Necchi, IHU, 2018, s/p).

Portanto, fica evidente que, para os pesquisadores franceses, o conceito Comum não é uma mera invenção, mas uma possível resposta dada pelos movimentos sociais às apropriações de todas as esferas da sociedade, particularmente dos meios culturais e da vida. E mais, tal denominação não é uma espécie de ressurgimento do comunismo, como muitos pensam, contudo, uma maneira de opor-se ao sistema capitalista neoliberal que busca individualizar para dominar.

Por intermédio dessas colocações, percebe-se que Dardot e Laval, através de sua obra, Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI, possibilitam um conjunto de reflexões que levam a pensar além das limitações impostas pelo neoliberalismo. Essas ponderações abrem possibilidades, caminhos para instituir uma nova realidade mediante atividades coletivas, tendo como eixo central de suas ações o Princípio Comum, como preceito político alternativo à sociedade. Sem embargo, para que isso ocorra, não podemos descuidar que “a ação humana prática é sempre uma atividade com o outro, que envolve cooperação e reciprocidade. O Comum não é um bem ou objeto sujeito à vontade individual ou uma virtude que possa ser compartilhada” (Trombetta; Luce, 2021, p. 1269).

O Princípio Político Comum deriva de uma atividade prática das pessoas engajadas na mesma tarefa de produzirem comuns, logo,

Somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que somente essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexiste a esta atividade na qualidade de titular de direitos. Se existe ‘universalidade’, só pode tratar-se de uma universalidade prática [...] O Comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define o novo regime de lutas em escala mundial (Dardot; Laval, 2017, p. 53-54).

A sociedade moderna, caracterizada por um déficit de alteridades humanas e sociais, ignora a ideia do Comum, pois os indivíduos, imersos em suas perspectivas relativas, concebem o Comum apenas em termos de bem-estar pessoal, o que mais divide do que une, destruindo a comunidade. Para reconstruir esse caminho, é essencial recorrer a Dardot e Laval (2017, p. 9-10),



os quais afirmam que a política é “a atividade de deliberação pela qual os homens se esforçam para determinar juntos o que é justo, bem como a decisão e ação decorrentes dessa atividade coletiva”. Compreender isso implica reconhecer que a participação política é, simultaneamente, uma obrigação e uma atividade, da qual surge o agir Comum, fortalecido pela aliança coletiva de construir suas próprias regras.

A fim de superar essas ideias privatizantes, a educação precisa deixar de ser um insumo para a competitividade capitalista, os professores carecem de estar conscientes de suas responsabilidades, refletindo criticamente os interesses do mercado. Outrossim, para que seja possível alcançar esse ideal, que fortalece o Comum, os professores necessitam ir além de apenas ministrar conteúdos em sala de aula. Eles também são responsáveis por identificar as lacunas sociais e refletir com seus educandos tais questões, gerando neles novas relações entre a escola e mundo. Ademais, os professores precisam criar, a partir de suas tarefas educativas, um ambiente de respeito, de cooperação e valorização da diversidade pensante, em vista de emergir a “roda do discurso” na escola, um dos espaços críticos para fomentar a educação cidadã e a democracia participativa.

Dardot e Laval (2017, p.10) sugerem, ainda, que é preciso levar em consideração que “a obrigação política procede inteiramente do agir Comum”. Dessa forma, um espaço Comum, como a educação, escola, jamais pode ser apropriado por interesses privados, deve ser reservado ao interesse Comum. Logo, se a pretensão é superar o neoliberalismo e construir possibilidades de existência para além do egoísmo social e da negação da solidariedade, necessita-se saber que

[...] temos que desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir da experimentação e das lutas do presente. O Princípio Comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto de relações sociais [...] precisamos trabalhar por uma outra razão do mundo (Dardot; Laval, 2016, p. 9).

Assim, o Princípio Político Comum emerge dos movimentos e das lutas contra a racionalidade instrumental e homogeneizante do sistema neoliberal; o Comum se torna um espaço aberto para a diferença e para unir os movimentos que buscam afirmar suas identidades, seja de gênero, raça/etnia, sexualidade, entre outras, para construir as relações em outras bases.

No entanto, Dardot e Laval não acreditam que seja possível confrontar a razão neoliberal, que é uma estrutura social total apenas com movimentos identitários. O caminho proposto por eles direciona para uma nova ordem constituída pela criação de instituições políticas destinadas a subverter a estrutura da sociedade. Para os autores, um projeto dessa magnitude e natureza,

[...] só pode ser concebido se for articulado a práticas de natureza muito diversas, isto é, econômicas, sociais, políticas e culturais. Se acabarem por despontar suficientes linhas de forças comuns, graças aos atores dessas práticas, poderá cristalizar-se uma “significação imaginária” que dê sentido àquilo que até então parecia não passar de ações ou posicionamentos dispersos, dispares ou até mesmo marginais (Dardot; Laval, 2017, p. 614-615).



Para construir esse projeto de grande envergadura, diversos movimentos emergiram, mobilizando a imaginação política e resistindo fortemente às ideias neoliberais, demonstrando que “um outro mundo é possível”. No campo da educação, observa-se um enfrentamento constante às tentativas de controlá-la por meio de mecanismos gerencialistas e há negação de sua função pública Comum, visando transformá-la em mercadoria. A partir dessas ideias apresentadas sobre o conceito de Comum de Dardot e Laval, passa-se, a seguir, a argumentar como a mística, praticada no MST, constitui-se em uma ação indutora do princípio Comum.

1.2 O Comum no MST

De acordo com Dardot e Laval, as transformações para o Comum devem se dar em escala macro. Todavia, essas só poderão emergir à medida que ações práticas aconteçam nos mais diversos espaços da esfera pública, em razão do Comum não ser possível surgir por iniciativa de um só indivíduo, ou uma ideologia de Estado, e sim das relações e das práticas sociais coletivas. A partir dessa perspectiva, aborda-se a mística, uma prática formativa, presente no MST desde sua origem.

Essa prática caracteriza-se pelo engajamento em ações coletivas, pela promoção da formação crítica dos integrantes do movimento e pela busca da construção de novos modelos de relações humanas e sociais, com o objetivo de superar os valores individualistas predominantes na sociedade contemporânea. Tais valores individualistas também presentes no interior do MST, podem representar um obstáculo ao avanço em direção ao Comum. Essa problemática foi observada nas primeiras ocupações, quando muitas famílias foram divididas em pequenos grupos e orientadas a escolher um coordenador. No entanto, esses coordenadores, influenciados por lideranças do movimento, passaram a desempenhar a função de organizar os acampamentos, o que deu origem a práticas de apadrinhamento e à formação de uma espécie de hierarquia, contrária aos princípios da democracia participativa e da coletividade, que são centrais para o MST.

Essa prática de apadrinhamento e gerencialismo se difere do projeto originante do MST, porque impossibilita aos integrantes irem além das propostas neoliberais que causam o individualismo e a submissão. O não cumprimento dos princípios fundantes do MST, nas escolhas dos coordenadores, transporta para os acampamentos e assentamentos os modelos estratificados da sociedade neoliberal, criando na militância apartheid e distinções entre os demais integrantes.

Esses apartheid e privilégios entre os integrantes, que ocorrem nos acampamentos, mostram que há relações hierárquicas nos assentamentos, as quais influenciam a estrutura organizacional do movimento, bem como a própria criticidade dos integrantes. Pela ótica apresentada por Dardot e Laval (2017), o Comum, para ter sentido, exige a participação coletiva numa mesma atividade, não uma participação representativa e hierarquizada como, muitas vezes, ocorrem no MST, gerando, segundo Nogueira (2007), problemas relacionais nos assentamentos, frutos das disputas pelo poder e da falta de diálogo democrático entre os integrantes.



Embora existam essas disputas, em que transparece a máxima de Hobbes “homem é lobo do próprio homem”, o MST tem buscado constantemente dirimir esses problemas, sendo uma referência internacional acerca dos trabalhos e modo de vida coletiva. Essa busca acontece via educação desenvolvida pelo movimento, a qual desempenha um papel primordial, pois fornece as bases e os fundamentos do ser MST, assim como condições para que os seus entes possam negociar de igual para igual com as autoridades e construindo a consciência de que todos, indistintamente, são importantes à organização do movimento.

É nesse contexto que se encontra a mística, ação pedagógica e formativa que propicia a criação de uma nova consciência nos integrantes, impulsionando-os a lutar e resistir às forças contrárias aos ideais do movimento. Em consonância com Vargas (2018), nesses quesitos estão os grandes desafios pedagógicos do MST, uma vez que, para avançar, fazer a diferença na luta de classe e construir a proposta do Comum é necessária uma experiência profunda das lutas históricas que antecederam as do MST. Nesses pontos reside o papel da mística desenvolvida pelo movimento, pois, além de potencializar a proposta trazida por Dardot e Laval, é uma ferramenta educativa que mobiliza, politiza e devolve a consciência crítica aos integrantes e simpatizantes roubada pelos aparelhos ideológicos do Estado. Mas, afinal, o que é, de fato, a mística?

Quanto à mística, sua origem está ligada ao movimento da Teologia da Libertação, presente na Igreja Católica, nas décadas de 1970 e 1980. Embora, atualmente, não esteja mais tão ligada aos conceitos religiosos, como no início do MST, haja vista a laicidade do movimento, continua exercendo uma função espiritual na formação, porém, não em sentido estritamente religioso. Por ter essas características, a mística é elemento base do MST, em virtude de mobilizar e auxiliar na formação dos entes do movimento. Isso ocorre, segundo Bellan (2012, p. 42), em razão da “mística ser um fator de agregação e motivação constante, que objetiva e vincula os integrantes e militantes ao MST, devido suas objetivações artísticas canalizarem em narrativas a indignação popular dentro do movimento”.

Como a mística canaliza a indignação popular dos militantes e integrantes do MST através de suas narrativas, possibilita a tomada de consciência de seus lugares sociais e das necessidades de se fazer frente às injustiças em todas as suas formas de manifestações. Por isso, é ação coletiva de formação que faculta o entendimento e a compreensão da realidade, cria novas relações e motiva os integrantes e militantes das causas do MST para as mobilizações, seguindo os exemplos dos antecessores das lutas populares. Bellan, nesse prisma, vê a mística desenvolvida no MST como uma

[...] motivação para seguir em frente, nasce do coração e nem sempre atravessa o cérebro, mas sempre se traduz em ações e expressões concretas. O conteúdo da mística são os valores da justiça, igualdade, da liberdade. É o companheirismo, a solidariedade, a resistência, o sonho de uma vida digna, o sonho de uma nova sociedade, de uma nova educação, de um novo homem e de uma nova mulher (Bellan, 2012, p. 47).



No que concerne à direção do MST, a mística manifesta a convicção e a luta dos trabalhadores frente aos poderes excluidentes, mesmo que possam tardar essas conquistas. Por ter essa potencialidade, a mística é compreendida como um instrumento que fortalece a militância e os simpatizantes das causas sociais defendidas pelo movimento, entre as quais está a reforma agrária e a educação, pautas assumidas desde o surgimento do MST. Por essas atribuições relacionadas, a mística é vista como uma

[...] prática que reforça os compromissos ideológicos com o projeto político dos trabalhadores, remetendo à herança dos símbolos, à herança da cultura popular. É uma criação coletiva que se baseia num tema relativo ao local ou à atividade que se está anunciando. Usa de várias linguagens, como a música, o teatro, a poesia, e vários símbolos, como bandeiras, livros, instrumentos de trabalho, em vista de fortalecer a unidade e os valores pelas causas que se luta (Silva, 2005, p. 249).

Ademar Bogo (2002) assevera que a mística desenvolvida pelo MST é uma “prática coletiva que tem o papel de semear o ânimo entre os seus militantes e integrantes, revigora suas forças para as lutas e unifica-os para fortalecê-los enquanto coletivo”. Para atingir esses ideais, Peloso entende que

As convicções que animam a vida dos militantes exigem uma metodologia. Uma reunião, um ato ou uma atividade festiva, podem e devem estar cheias de momentos que tornem presentes as razões pelas quais lutamos. Por isso, a beleza do ambiente, o clima de confiança, a alegria, a música, a poesia, as artes, os símbolos, os gritos de guerra, tudo deve exprimir os valores e as certezas que animam nossa caminhada (Peloso, 1998, p. 10).

Essa linguagem artística (musical, poética, teatral) usada pelo MST, conforme Peloso (1998), em suas místicas, objetiva reafirmar os valores e a importância da causa de suas lutas. Através dessas apresentações artísticas, comprehende-se que a mística realizada nos diferentes lugares e momentos produz, entre seus militantes, um estado de empolgação que se expressa em alegrias ou indignações, independente do contexto em que estão inseridos.

Nesse rumo, considerando as expressões geradas nos integrantes do MST, Medeiros (2002, p. 160) afirma que “a mística é uma energia, que faz rir e chorar, que busca não deixar os homens e mulheres em suas vidas cotidianas virarem pedras, máquinas ou fraquejar a ponto de entregar-se por medo a uma vida de resignação”. Pela abrangência do conceito, comprehende-se que a mística é uma força que mexe nos sentimentos das pessoas que dela participam. Por isso, Medeiros assegura que:

A mística para os Sem Terra é assumida como um alimento que lhes possibilita ânimo e coragem para continuar a caminhada de cada dia, que lhes fortalece e lhes permite continuar lutando tendo a certeza da vitória à frente, mesmo quando as condições do momento possam indicar o contrário como a morte de alguém que estava participando da luta (Medeiros, 2002, p. 167).

Nesse ínterim, destaca-se que a mística tem a função de mobilizar e ser instrumento para os sujeitos envolvidos nas lutas e não para os sonhos em vão, sem mediações com o real. Pela exposição desse teórico, a mística é uma ferramenta que ajuda os trabalhadores sem terras a



avançarem sobre os aspectos contingentes de seu imaginário, fazendo surgir a consciência de classe para enfrentar a exclusão social.

Por estes entendimentos relativos à mística, nota-se que ela cria a coesão entre os membros do movimento, fazendo-os deixar de ser um amontoado de pessoas para serem um coletivo do qual emerge um princípio de vida comum. Essa mudança ocorre porque a mística instiga a unidade dos membros em torno de ideais e objetivos comuns. Por gerar essas mudanças no coletivo, constata-se que tem grande relevância na educação dos Trabalhadores Sem Terra. Refletindo sobre essa acuidade, Pereira, em sua pesquisa, manifesta que

A consciência da importância da mística está no seu papel de organizar, dar liga, unidade e educar seus participantes em torno do projeto e um ideal. Por isso, as experiências dos sujeitos incorporadas nas místicas do MST contribuem para que outras pessoas aprendam a lidar com os desafios que aparecem na luta, de modo que elas se tornem mais ativas dentro do movimento para resolver os problemas do seu cotidiano. Neste sentido, a prática da mística no MST conseguiu e consegue formar pessoas dentro do movimento (Pereira, 2019, p. 136).

Diante da verificação de Pereira, comprehende-se que a mística desenvolvida dentro de uma organização social como a do MST cumpre um papel preponderante quanto à formação. Ademais, serve para fortalecer os ideais e os sonhos a serem construídos. Por essa razão, a mística é o coração da organização, e mais – é através dela que se atualiza a caminhada, resgata-se a história das lutas, as vitórias e derrotas e se conscientizam os seus integrantes, mantendo-os esperançosos na busca por melhores dias.

Dessa maneira, a mística, para o MST, possui um diferencial, ela forma, conscientiza e integra os membros que ingressam no movimento, despertando-os para lutas sociais a partir da memória e dos exemplos dos lutadores sociais que os antecederam e da realidade onde os trabalhadores estão inseridos, a qual dramatiza essa realidade em vista do entendimento do cotidiano social. Por essas pertinências abordadas em relação à mística, Comerlatto reitera que ela é vista como:

Uma prática coletiva enraizada historicamente dentro do MST. Através dela o integrante do MST é capaz de criar forças e juntar-se com outros membros em torno da luta pela terra. É uma força que contribui, pois orienta pedagogicamente para uma transformação social. Ao mesmo tempo é uma prática revolucionária, pois assenta-se em valores diferentes dos ideais liberais e por isso é contra a ideologia dominante, pois busca formar espaços de contestação (Comerlatto, 2010, p. 177).

Nessa trama, acerca das atribuições dadas por Comerlatto, Lara Júnior sustenta que a mística desenvolvida pelos integrantes do MST pode variar conforme a situação social em que é desenvolvida. Essa afirmação se apoia no seguinte aspecto:

Não existe uma ortodoxia imposta pelo MST para se ter um único modelo de mística, não há um cânone, como, por exemplo, o da missa católica que segue o mesmo padrão em qualquer parte do mundo. Dessa maneira, essa ação coletiva realizada no movimento se estrutura com contornos específicos, dependendo dos objetivos do movimento e do grupo, realidade local em que é feita e, principalmente, se estrutura a partir das características das pessoas que participam da mística (Lara Júnior, 2010, p. 62).



Através dessa colocação de Lara Júnior, percebe-se que o foco da mística não é atingir toda realidade em si, mas objetiva ser uma “forma de expressão que mobiliza, conscientiza os sujeitos para se oporem ao sistema vigente” (Löwy, 2005, p. 55). Haja vista tais características, as místicas praticadas pelos integrantes do MST, nas mais diferentes realidades, promovem mudanças políticas, animam os sujeitos e os habilita para sua ação transformadora no cenário em que estão inseridos.

Bellan (2012) constata que a mística, no MST, enraíza-se pela capacidade de instrumentalizar o sujeito à luta concreta, afastando-se de sonhos sem mediações com o real. As expressões místicas retratam sujeitos de transformação em ação, fascinando militantes e simpatizantes e aproximando-os do coletivo. Isso a torna um recurso valioso à educação dos Sem Terras, promovendo uma nova sociabilidade e aumentando a consciência crítica dos militantes. Em formato de rito devedor das apresentações estéticas religiosas, a mística reflete o cotidiano das lutas do movimento, conscientizando os simpatizantes sobre as causas defendidas e enfrentando a dominação da classe detentora do poder (Comerlatto, 2010, p. 178).

A partir dessas afirmações, distingue-se que a mística ocorre em diversos ambientes e realidades, gerando, nos integrantes e simpatizantes, novos pensares, estimulando-os para novas ações. No MST, a mística manifesta a materialidade das manifestações e habilita os sujeitos a terem voz, potencializando seu poder de influência. Dessa forma, é uma marca forte do movimento, pois alimenta os Sem Terra de esperança, sintetiza as histórias de luta e celebra as memórias e os valores cultivados. Além disso, “reforça a identidade coletiva e apresenta uma interpretação da realidade social” (Torres, 2010).

Através dessa afirmação de Torres, reafirma-se a noção no MST de que a mística é a alma do sujeito coletivo Sem Terra, revelando-se como uma paixão contagiante que motiva os Sem Terras a superarem adversidades e a obterem os objetivos e aprendizados almejados. Essa mística cultivada no movimento é um impulso relevante às lutas cotidianas, força e energia que animam as famílias Sem Terra a perseverarem na luta, preservando em cada pessoa a utopia coletiva do sentirem-se parte de um projeto maior. Desse modo, Caldart (2004, p. 29) certifica que a mística materializa sentimentos em símbolos, fortalecendo os laços entre os lutadores e oferecendo suporte para a construção de um projeto coletivo.

Caldart (2004) vê a mística como uma prática do MST que opera no campo da transformação cultural, mobilizando os sujeitos através de atos coletivos. Esses atos místicos, celebrados em diversas realidades, promovem a transformação contínua dos integrantes do movimento, desenvolvendo a consciência crítica frente à realidade vivida. Nessa ótica, Reis (2010) entende a mística como um conjunto de ações simbólicas que corporificam a imagem do militante e do próprio MST, expressa a identidade do movimento e reforça o prazer e a importância de participar da luta coletiva. Isso ocorre tendo em vista a mística promover a autoestima dos militantes e enfatizar seu papel coletivo. Nesse âmbito, fica evidente que a mística não só conduz as principais lutas do MST como a reforma agrária e a educação, mas



também preserva memórias e politiza seus integrantes, preparando-os para a construção da coletividade e do Princípio Comum apregoado pelo MST.

1.3 O potencial da mística no erigir o comum

A mística é o impulso vital que retira a pessoa do individualismo e a direciona para coletividade e militância. Essa força gera a coletividade e a militância, anula os ídolos do egoísmo, sendo, para Löwy (2005, p. 55) e Cardart (2004, p. 29), uma forma de expressão que mobiliza, conscientiza, dando vitalidade e esperança aos militantes do movimento para continuar na luta e a manter a utopia coletiva.

A mística cultivada no MST é fundamental para recuperar a carga simbólica das ações coletivas do movimento, consoante indicado por Pereira (2019), que destaca seu papel no processo de conscientização dos Sem Terra em busca de terra, educação, trabalho e dignidade humana. A participação nas místicas transforma sua visão de mundo, afasta do individualismo e incentiva a pensar no coletivo. Por isso é uma ferramenta imprescindível na transformação pessoal e para a ampliação dos horizontes de cada participante e integrante do movimento Sem Terra.

Desse modo, percebe-se que a mística exerce um papel central na formação crítica dos integrantes do MST. Sua função contra-hegemônica contribui para a construção de uma consciência coletiva, desafiando os valores individualistas e as relações de poder estabelecidas na sociedade contemporânea. Como prática pedagógica, a mística favorece a reflexão, fortalece o senso de pertencimento e estimula o engajamento em ações coletivas, tanto no interior do movimento quanto em articulação com outras organizações comprometidas com o bem comum. Pensar a mística fora desse horizonte formativo e político é reduzi-la a um ritual esvaziado de sentido, desconectado de seu compromisso com a transformação social e com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Além disso, a potencialidade da mística é vivenciada na coesão e disposição para a luta dentro do MST, gerando um sentimento de corresponsabilidade e unidade entre os militantes. Carter (2010), diante dessa compreensão, afirma que a mística fortalece as convicções políticas, a coesão interna e até mesmo o sacrifício dos integrantes do movimento frente aos obstáculos do cotidiano da luta pela terra e demais conquistas sociais. Reis (2010), face essa afirmação de Carter, ratifica que essa potencialidade da mística é um mistério que não pode ser completamente revelada, pois perderia sua essência. No entanto, envolve os militantes, entusiasmando-os e mantendo viva a esperança da vitória futura, mostrando, por conseguinte, o seu poder inspirador e mobilizador dos integrantes e militantes do MST.

A mística do MST, destacada por Reis (2010), é um elemento essencial para fortalecer nos militantes a certeza da vitória e renovar suas convicções. Esse entusiasmo contagiante gera uma força motriz nos Trabalhadores Sem Terra, desempenhando um papel crucial ao animar e levantar os desanimados. Pelas afirmações dos teóricos que estudam o conceito, a capacidade da mística



de revitalizar as esperanças é basilar para o movimento, ajudando a manter a coesão e a determinação entre os militantes.

Na metodologia adotada pelo Setor de Educação do MST, conforme Carter (2010), a mística tem a potencialidade de disciplinar as paixões e impulsos naturais dos integrantes, fomentando um novo processo civilizador que promove domínio próprio, autoestima e canaliza a energia social em ações construtivas e não violentas. Tibola (2015) acrescenta, ainda, que essas ações edificantes vem ao encontro do cuidado com a vida, mostrando que a mística é um ato educativo, conscientizador e vital para manter a disciplina e a direção construtiva das atividades do movimento.

Por ter esses qualitativos e mexer com os “brios” dos militantes e simpatizantes, Coelho (2014) sustenta que a mística é uma potência para o Comum, posto que mobiliza os sentimentos das pessoas através de rituais que apresentam situações de valor afetivo. De outra banda, desperta a unidade e encorajamento entre os participantes, incentivando-os a enfrentar as dificuldades e obstáculos com vigor e determinação. O potencial da mística em construir o Comum, salientado por Coelho, encontra-se na antecipação dos valores da nova sociedade a ser edificada a partir da luta coletiva dos trabalhadores, mostrado em seus rituais.

De acordo com Christofolli (2000), esse potencial de erigir o comum está no fato da mística ressaltar a cooperação e o desenvolvimento econômico nos valores humanistas, especialmente através do cooperativismo, ensinando os camponeses a produzirem alimentos e uma nova vida a partir de relações sociais baseadas no comum. Lazzaretti (2007) complementa essa visão ao confirmar que a mística tem esse potencial devido projetar novos sonhos e modelos alternativos à sociedade e, ainda, por influenciar, na educação, de forma abrangente, todo o corpo do MST, indo desde os acampados, assentados até as escolas do movimento, sendo, nestes e outros espaços, um alimento ideológico, de esperança e solidariedade. Leonardo Boff e Frei Betto asseveram que, no erigir do comum,

[...] a mística cristã apresenta-se como uma mística política-libertadora contemplativa. Ela não aceita o mundo como está; quer mudá-lo e reconstruí-lo sobre a base da partilha, da solidariedade, da fraternidade/sororidade, do trabalho, do lazer e da veneração face ao mistério da criação (Boff; Betto, 1996, p. 23).

Nesse enredo, a mística tornou-se uma prática educativa que fortalece não só o indivíduo para a luta, como possibilita seu processo de humanização ao cultivar o enraizamento humano através do trabalho coletivo, por meio da memória coletiva. Em vista disso, nas apresentações místicas, é comum vivenciar a relação passado, presente e futuro, fortalecendo a própria história.

Embora haja essa compreensão acerca da potencialidade da mística, ainda persistem grandes desafios a serem superados pelo MST, como a fragmentação da realidade dominada pelo agronegócio e pelo poder econômico. Todavia, no MST, a mística continua sendo um instrumento estratégico na educação dos membros e simpatizantes do movimento, cultivando e resgatando a memória histórica a fim de preservar as estruturas fundantes da organização e os ideais de seus antecessores. Assim, a mística exerce um relevante papel na construção de novas alternativas



sociais e educacionais frente aos desafios impostos pelas políticas econômicas e de produção de capitais.

A mística, como frisado pelos autores analisados, representa não apenas um impulso vital para os militantes do MST, mas uma fonte de inspiração que transcende o individualismo e direciona para a militância coletiva. Ao mobilizar, conscientizar e contagiar diariamente os membros do movimento, a mística desempenha um papel imprescindível na manutenção da coesão e da determinação, fortalecendo as convicções políticas e a unidade entre os participantes. Além disso, ao projetar novos sonhos e modelos alternativos para a sociedade, viabiliza uma visão mais ampla e solidária, exercendo uma influência educativa que permeia todas as esferas do MST, desde acampados e assentados até as escolas do movimento.

No contexto atual, marcado por desafios como a fragmentação da realidade e a dominação do agronegócio, a mística emerge como um instrumento estratégico para enfrentar essas adversidades e continuar avançando na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ao cultivar e resgatar a memória histórica do movimento, a mística ajuda a preservar suas estruturas fundantes e os ideais de seus antecessores, fornecendo uma base sólida para a construção de novas alternativas sociais e educacionais. Nesse sentido, mobiliza os sentimentos das pessoas e as encoraja a enfrentar os desafios com renovado vigor e determinação, inspirando uma visão de futuro baseada na cooperação, no desenvolvimento econômico fundamentado nos valores humanistas e na construção do Comum.

Uma das práticas místico-educativas mais emblemáticas no interior do MST ocorre durante as jornadas de formação realizadas nos acampamentos e assentamentos, particularmente nos encontros estaduais e nacionais do setor de educação. Nestes momentos, a mística é cuidadosamente preparada para abrir ou encerrar as atividades, integrando elementos simbólicos, artísticos e políticos. Por exemplo, é comum que militantes encenem, em forma de teatro popular, a história de lutadores sociais como Zumbi dos Palmares ou Margarida Alves, conectando essas narrativas às lutas atuais dos trabalhadores sem terra. A encenação é acompanhada de músicas, poesia, bandeiras, ferramentas de trabalho e intervenções que simbolizam o sofrimento, a resistência e a esperança coletiva. Essa ritualização, longe de ser uma mera representação estética, tem a função de reativar a memória coletiva, dar sentido às ações cotidianas e provocar a reflexão crítica sobre o papel de cada sujeito na transformação social.

Tais práticas evidenciam o caráter formativo e político da mística, que não se limita ao fortalecimento identitário, mas atua como catalisador do agir coletivo. Ao colocar em comum experiências, valores, afetos e narrativas históricas, a mística promove um exercício concreto de “fazer junto”, conforme propõem Dardot e Laval. Nesses espaços, o que está em jogo não é apenas a evocação simbólica do Comum, mas sua materialização enquanto práxis coletiva que desafia a lógica da fragmentação neoliberal. A mística, assim, torna-se uma pedagogia do Comum: constrói uma ética da corresponsabilidade, fomenta a coorganização dos sujeitos e atualiza, a cada encontro, o compromisso político com uma sociedade fundada na solidariedade, na justiça e na autogestão.



Considerações finais

A mística no MST pode ser vista como um modelo exemplar de indução do Princípio Comum, conforme concebido por Dardot e Laval, em razão do Princípio Comum preconizar a cooperação, coorganização e autogestão como fundamentos à criação de uma sociedade mais justa e equitativa, contrapondo-se ao individualismo e à lógica neoliberal. Nessa ótica, a mística no MST é uma prática formativa que desempenha um papel crucial na construção de uma nova consciência coletiva entre seus integrantes.

Ao promover atividades que ressaltam a solidariedade, a cooperação e a luta coletiva, a mística cria um espaço em que os participantes experimentam, na prática, os valores e princípios que Dardot e Laval defendem como essenciais para a criação do Comum. É possível a concepção do comum porque a mística facilita a mobilização e a conscientização política, transformando a indignação popular em um compromisso ativo com a causa do movimento. Esse processo não só fortalece os laços entre os militantes, também promove uma identidade coletiva, que é primordial para a coesão e eficácia do movimento. Em outras palavras, induz diretamente os princípios de cooperação e solidariedade que são centrais ao Princípio Comum.

Ademais, a mística no MST desafia as hierarquias e estruturas de poder tradicionais, promovendo a participação igualitária e a tomada de decisões coletivas. Isto está alinhado com a visão de Dardot e Laval de que o Comum deve ser gerido por aqueles que participam ativamente na sua criação e manutenção, e não por uma elite ou através de mecanismos burocráticos que se afastam das necessidades e aspirações da população. Assim, a mística do MST pode ser considerada uma manifestação concreta do Princípio Comum. Ela exemplifica como práticas coletivas e participativas podem transformar a realidade social e criar novas formas de sociabilidade baseadas na justiça, igualdade e solidariedade. Através da mística, o MST não só resiste à lógica neoliberal, não obstante, constrói, em suas bases, um modelo de sociedade que reflete os ideais de uma vida em comum.

Referências

- BELLAN, Rafael Rodrigues. **A mística no MST: mediação da práxis formadora dos sujeitos históricos.** Doutorado (Sociologia)-Unesp-Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2012.
- BOGO, Ademar. **O vigor da mística.** São Paulo, 2002. Caderno de Formação n°2.
- BOFF, Leonardo; BETTO, Frei. **Mística e espiritualidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento dos Sem Terra.** 3^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010.



CHRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades.** Curitiba, UFPR, Dissertação (Mestrado em Administração), 2000.

COMERLATTO, Geovani Vilmar. **A dimensão educativa da mística na construção do MST como sujeito coletivo.** Doutorado (Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010.

COELHO, Fabiano. **A alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra.** Dourados - MS: UFGD, 2014.

COSTA, Mateus Stallivieri da; SOUZA, Silvano Denega de. Rediscutindo os Comuns - A alteração do Comum como espaço para o Comum como verbo através da perspectiva de Pierre Dardot e Cristian Laval. **Captura Críptica: direito, política, atualidade**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 201-208, 2018. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3203>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal.** tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade.** 2007. Tese - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2007.

LARA JUNIOR, Nadir. **A mística do MST como laço social.** Doutorado (Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica-PUC, São Paulo, 2010.

LÖWY, Michael. Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 19, p. 105-116, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BYYc7pq873XQZ3FwkqWDMrG/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MEDEIROS, Evandro Costa. **A dimensão educativa da mística Sem Terra: Experiência da Escola Florestam Fernandes.** 2002. Tese de Doutorado em Educação - UFSC, Florianópolis, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MACHADO, Ricardo; NECCHI, Vitor. Apesar-das-desproporções o comum continua sendo a principal ameaça ao neoliberalismo, segundo Christian Laval. **IHU**, set. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/583093>. Acesso em: 26/06/2024.

NETTO, Sebastião Leal Ferreira Vargas. **A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos.** Doutorado (História Social)-Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2007.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento rural da Fazenda Jupira no município de Feliz.** 2007. Dissertação - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007.

PELOSO, Ranulfo. **A força que anima os militantes.** São Paulo, 1998. Caderno de formação n° 27.



PERREIRA, Gustavo Henrique. **Cadernos de Educação do MST: algumas reflexões.** 2019. Dissertação - UFU, Uberlândia - MG, 2019.

REIS, Cristine de Souza. **Os bastidores da mídia e os movimentos sociais: Caso MST.** 2010. Tese - Universidade de Coimbra, Coimbra - Portugal, 2010.

SILVA, Roberta Lobo da. **A dialética do Trabalho no MST: A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.** Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2005.

SILVEIRA, Sergio Amadeu; SAVAZONI, Rodrigo Tarchiani. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, [s. l.], v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TIBOLA, Naiara Gracia. **Emancipação humana na proposta educacional do MST.** Dissertação - FURB, Blumenau - SC, 2015.

TORRES, Cristine Lima. O simbolismo do MST na marcha e na mística: espaço itinerante de formação humana. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], v. 10, n. 110, p. 130-137, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9879>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TROMBETTA, Derlan; LUCE, Maria Beatriz. A constituição da identidade docente entre a projeção do mercado e as lutas do comum. [s. l.], 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/237692>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VARGAS, Luiz Américo Araújo. **A educação como estratégia política do MST: por uma pedagogia da luta e da resistência.** Curitiba: Appris, 2018.



A MÍSTICA COMO FORMADOR E INDUTOR DO COMUM: A EXPERIÊNCIA DO MST

Resumo: O presente artigo resulta de uma pesquisa de mestrado e investiga a mística como indutora do Princípio Comum, conceito de Dardot e Laval que propõe a cooperação, coorganização e autogestão na construção de uma sociedade mais justa. A mística no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma prática que mobiliza e conscientiza, induzindo a prática da solidariedade e da coletividade. Analisa-se a possível relação entre a mística e o Princípio Comum, demonstrando como práticas coletivas podem transformar a realidade social, fomentando justiça, igualdade e solidariedade. Metodologicamente, a pesquisa é uma revisão bibliográfica de cunho hermenêutico e analítico.

Palavras-chave: Dartod e Laval. Coletividade. Cooperação. Formação.

LA MÍSTICA COMO FORMADOR E INDUCTORA DEL COMÚN: LA EXPERIENCIA DEL MST

Resumen: El presente artículo resulta de una investigación de maestría y explora la mística como inductora del Principio Común, un concepto de Dardot y Laval que propone la cooperación, coorganización y autogestión en la construcción de una sociedad más justa. La mística en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) es una práctica que moviliza y conciencia, induciendo la práctica de la solidaridad y la colectividad. Se analiza la posible relación entre la mística y el Principio Común, demostrando cómo las prácticas colectivas pueden transformar la realidad social, fomentando justicia, igualdad y solidaridad. Metodológicamente, la investigación es una revisión bibliográfica de carácter hermenéutico y analítico.

Palabras claves: Dardot y Laval. Colectividad. Cooperación. Formación.

THE MYSTICISM AS A FORMATIVE AND INDUCTIVE AGENT OF THE COMMON: THE MST EXPERIENCE

Abstract: This article is the result of a master's research project and investigates mysticism as an inducer of the Common Principle, a concept by Dardot and Laval that proposes cooperation, co-organization, and self-management in building a more just society. Mysticism in the Landless Workers' Movement (MST) is a practice that mobilizes and raises awareness, inducing the practice of solidarity and collectivity. The possible relationship between mysticism and the Common Principle is analyzed, demonstrating how collective practices can transform social reality, fostering justice, equality, and solidarity. Methodologically, the research is a bibliographic review of a hermeneutic and analytical nature.

Keywords: Dardot and Laval. Collectivity. Cooperation. Formation.



RECEBIDO EM: 3 de julho de 2024
APROVADO EM: 4 de junho de 2025
PUBLICADO EM: 31 de agosto de 2025

SUGESTÃO DE CITAÇÃO:

SILVA, Pedro Almeida da; NEITZEL, Odair. A Mística como formador e indutor do comum: A experiência do MST. **Revista EspiraLes**, v. 9, e-location: e2282886916, 2025.
<https://doi.org/10.29327/2282886.9.1-6>

EDITORIA-CHEFE: Tereza Spyer e João Barros II

EDITORIA ADJUNTA: Besna Yacovenco, Marina Magalhães Moreira e Orlando Bellei Neto

EDITORIA EXECUTIVA: Andres Steven Amaya Sanchez e Besna Yacovenco

REVISÃO: Cibelle Burdulis da Motta

DIAGRAMAÇÃO: Alessandra Renata de Melo Teixeira

A REVISTA ESPIRALES É APOIADA E FINANCIADA POR: